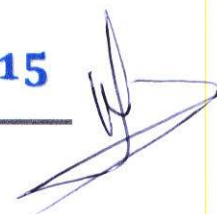




CONSOLIDAÇÃO DE **CONTAS**

2015



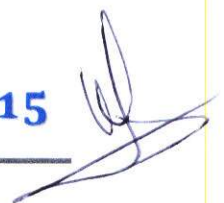
Índice:

	Pág.
Relatório de Gestão Consolidado	
1. Introdução	2, 3
2. Perímetro de consolidação e organograma do grupo autárquico	4
3. Método de consolidação	5
4. Análise patrimonial	5
4.1 Análise do balanço	5, 6, 7, 8
4.3 Análise da demonstração de resultados	8, 9, 10
4.4 Indicadores de gestão	10
4.4.1 Indicadores de natureza patrimonial	10, 11, 12, 13, 14,
5. Mapas dos fluxos de caixa consolidado	15, 16
6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	17
7. Balanço consolidado do grupo autárquico	18,19
8. Demonstração de Resultados Consolidada do grupo autárquico	20
9. Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais	21

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introdução	22
1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	22
1.1 Entidades incluídas na consolidação	23
1.1.1 Entidade Mãe – Município de Anadia	23
1.1.2 Empresa local – WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA	23
2. Entidades excluídas da consolidação	24
3. Informações de procedimentos de consolidação	24
4. Informações sobre o endividamento de médio e longo prazo	25
5. Informações sobre saldo e fluxos financeiros	26
6. Informações relativas a compromissos	26
7. Informações relativas a políticas contabilísticas	27
7.1 Imobilizações	27
7.2 Locação Financeira	27
7.3 Existências	27
7.4 Provisões	27
7.5 Dívida de e a terceiros	28
7.6 Disponibilidades	28
7.7 Especialização do exercício	28
8. Informações relativas a diversas rubricas	28, 29, 30, 31, 32
9. Informações diversas	33

Certificação Legal das Contas Consolidadas



1. INTRODUÇÃO

A prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas, a par da exigência de qualidade na gestão pública local, impulsionaram os municípios a utilizar estruturas de serviços distintas das que outrora operavam, adequando os seus modelos organizacionais. De facto, os municípios deslocaram a sua atuação para outras organizações, nomeadamente as de natureza empresarial, que detêm ou controlam, passando assim a agir numa lógica de grupo autárquico.

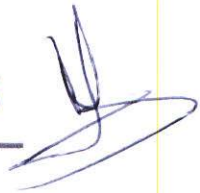
Assim, uma visão global da situação financeira do grupo é prejudicada pela simples prestação de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas, incluindo o município, não possibilita uma apreciação financeira integrada, firme, absoluta e completa, dificultando deste modo uma visão global do grupo, elementar para a tomada de decisão e a definição de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, também têm de apresentar as contas consolidadas do grupo autárquico em que a autarquia se enquadra, prerrogativa prevista na Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

A informação económico-financeira, resultante da consolidação de contas, facilita a tomada de decisão e respetivo controlo, por parte das entidades e do respetivo grupo autárquico no que



respeita ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, com especial relevo no controlo do défice orçamental.

O artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) – prevê no seu nº 1 que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

O referido normativo legal no seu nº8 do art.º 75 refere que “Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo”, sabendo-se que tais procedimentos e métodos, são os constantes na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho que aprova a Orientação n.º 1/2010 designada por “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”.

No início de maio de 2011, foram publicadas pelo grupo SATAPOCAL um conjunto de instruções que permitiriam a aplicação deste regime pelos municípios de forma coerente, harmoniosa e comparável atendendo às lacunas que persistiam da articulação dos vários regimes: Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E ORGANOGRAMA DO GRUPO AUTÁRQUICO

A definição do perímetro de consolidação do Município de Anadia decorre do normativo legal. Assim, o perímetro de consolidação, definido no n.º 3, do artigo 75.º, da Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), engloba as entidades do sector empresarial local em que o Município de Anadia detém uma posição de controlo direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A consolidação de contas do Município de Anadia abrange as entidades que respeitem o regime jurídico da Atividade Empresarial Local (AEL – Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

O perímetro de consolidação de contas do Município de Anadia atende aos seguintes fatores:

- a) Natureza de atividade – Compatibilidade e homogeneidade das demonstrações financeiras;
- b) Materialidade – Grau de relevância dos valores de cada entidade consolidada.

De acordo com o exposto, o perímetro de consolidação do Município de Anadia abrange uma única entidade, a WRC – Agência de Desenvolvimento Regional EIM, SA



3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Anadia foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respectivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2015, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

SINTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO

Categorias do Balanço	2015		2014		2015/2014		2013		2014/2013	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
ACTIVO										
Imobilizado	125.941.687,01	92,50%	128.086.840,57	93,66%	-2.145.153,56	-1,67%	129.567.492,57	95,68%	-1.480.652,00	-1,14%
Bens de domínio público	29.669.407,72	23,56%	30.760.108,29	24,02%	-1.090.700,57	-3,55%	31.846.598,39	24,58%	-1.086.490,10	-3,41%
Imobilizações incorpóreas	1.143,88	0,00%	2.619,64	0,00%	-1.475,76	-56,33%	6.459,92	0,00%	-3.840,28	-59,45%
Imobilizações corpóreas	91.345.427,99	72,53%	92.765.239,39	72,42%	-1.419.811,40	-1,53%	92.855.361,12	71,67%	-90.121,73	-0,10%
Investimentos financeiros	4.925.707,42	3,91%	4.558.873,25	3,56%	366.834,17	8,05%	4.859.073,14	3,75%	-300.199,89	-6,18%
Circulante	9.642.297,85	7,08%	8.371.898,86	6,12%	1.270.398,99	15,17%	5.354.206,06	3,95%	3.017.692,80	56,36%
Existências	190.990,58	1,98%	230.480,67	2,75%	-39.490,09	-17,13%	130.928,96	2,45%	99.551,71	76,03%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	2.302.090,24	23,87%	2.442.900,27	29,18%	-140.810,03	-5,76%	3.902.077,21	72,88%	-1.459.176,94	-37,39%
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	7.149.217,03	74,14%	5.698.517,92	68,07%	1.450.699,11	25,46%	1.321.199,89	24,68%	4.377.318,03	331,31%
Acréscimos e diferimentos:	570.213,12	0,42%	299.254,67	0,22%	270.958,45	90,54%	501.458,57	0,37%	-202.203,90	-40,32%
Total do activo	136.154.197,98	100,00%	136.757.994,10	100,00%	-603.796,12	-0,44%	135.423.157,20	100,00%	1.334.836,90	0,99%

Contas do Balanço	2015		2014		Variação		2013		Variação	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Fundos Próprios										
Património	74.493.575,93	84,62%	74.483.194,49	85,52%	10.381,44	0,01%	74.482.830,37	85,57%	364,12	0,00%
Diferenças de consolidação	-8.042,80	-0,01%	623,56	0,00%	-8.666,36	-1389,82%	-264.261,63	-0,30%	264.885,19	-100,24%
Reservas	8.715.930,19	9,90%	8.710.603,75	10,00%	5.326,44	0,06%	8.710.603,75	10,01%	0,00	0,00%
Resulta dos transitados	3.785.339,18	4,30%	4.134.126,62	4,75%	-348.787,44	-8,44%	4.638.244,12	5,33%	-504.117,50	-10,87%
Resulta do líquido do exercício	870.090,98	0,99%	-454.289,38	-0,52%	1.324.380,36	-291,53%	-754.911,94	-0,87%	300.622,56	-39,82%
Interesses minoritários	177.034,16	0,20%	219.312,00	0,25%	-42.277,84	-19,28%	229.460,86	0,26%	-10.148,86	-4,42%
Total dos Fundos Próprios	88.033.927,64	64,66%	87.093.571,04	63,68%	982.634,44	1,08%	87.041.965,53	64,27%	61.754,37	0,06%
Passivo										
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos	6.442.873,21	13,39%	6.992.502,58	14,08%	-549.629,37	-7,86%	7.765.378,37	16,05%	-772.875,79	-9,95%
Dívidas a instituições de crédito	5.776.424,47	89,66%	6.905.026,98	98,75%	-1.128.602,51	-16,34%	7.374.797,16	94,97%	-469.770,18	-6,37%
Outros credores	666.448,74	11,54%	87.475,60	1,27%	578.973,14	661,87%	390.581,21	5,30%	-303.105,61	-77,60%
Dívidas a terceiros - Curto prazo:	1.997.296,35	4,15%	1.594.158,02	3,21%	403.138,33	25,29%	1.443.147,06	2,98%	15.101,96	10,46%
Empréstimos de curto prazo	1.127.969,57	56,47%	962.998,93	48,22%	164.970,64	17,13%	834.352,04	52,34%	128.646,89	15,42%
Fornecedores c/c	18.298,90	0,92%	41.212,03	2,06%	-22.913,13	-55,60%	101.225,25	6,35%	-60.013,22	-59,29%
Clientes e utentes c/ cauições	9.924,83	0,50%	9.924,83	0,50%	0,00	0,00%	9.924,83	0,62%	0,00	0,00%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Fornecedores de imobilizado c/c	6.341,22	0,32%	5.054,80	0,25%	1.286,42	25,45%	104.123,31	6,53%	-99.068,51	-95,15%
Estado e outros entes públicos	76.696,08	3,84%	65.006,01	3,25%	11.690,07	17,98%	81.029,49	5,08%	-16.023,48	-19,77%
Outros credores	758.065,75	37,95%	509.961,42	25,53%	248.104,33	48,65%	312.492,14	19,60%	197.469,28	63,19%
Acréscimos e diferimentos:	39.680.100,78	82,46%	41.077.762,46	82,71%	-1.397.661,68	-3,40%	39.172.666,24	80,97%	1.905.096,22	4,86%
Total do Passivo	48.120.270,34	35,34%	49.664.423,06	36,32%	261.080,82	-3,11%	48.381.191,67	35,73%	82.377,29	2,65%
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	136.154.197,98	100,00%	136.757.994,10	100,00%	1.243.715,26	-0,44%	135.423.157,20	100,00%	144.131,66	0,99%

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Anadia permite verificar o seu forte peso enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é de 69,2% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico.

Através da análise da estrutura do Ativo, podemos constatar que o peso relativo do Ativo Fixo é de 92,50%.

No que diz respeito à estrutura do Passivo, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2016 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e que representa 1,127 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo, apesar de toda ela ter sofrido um importante decréscimo entre 2013, 2014 e 2015. De facto, no ano de 2015 não se registou qualquer contratação ou utilização de empréstimos de longo prazo, tendo-se procedido à sua amortização no valor de 963.631,87€.

Em relação à estrutura dos Fundos Próprios consolidados, que representam, no final do exercício, 88.033.927,64 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo autárquico que apresenta neste agregado um peso de 84,62%.

O imobilizado líquido diminuiu, refletindo a diminuição verificada em termos do investimento de capital verificado no grupo autárquico.

O ativo circulante aumentou consideravelmente, com realce para a diminuição verificada nas rubricas de existências e dívidas de terceiros de curto prazo e no significativo aumento dos depósitos bancários e caixa.

Os acréscimos e diferimentos apresentaram um aumento dos seus valores.

O total do ativo líquido diminuiu ligeiramente, em virtude de a diminuição do imobilizado ter sido superior ao aumento do ativo circulante e da poupança verificada.

Analisando as componentes dos fundos próprios, que aumentaram em valor e em termos do seu peso relativo, verificamos que houve alguma estabilização, tendo as diferenças de consolidação diminuído em valor absoluto, bem como os resultados transitados, tendo o resultado líquido influenciado positivamente o seu valor.

Em termos do seu passivo, devemos realçar a sua diminuição no global, apesar de ter aumentado no referente ao passivo de curto prazo, nomeadamente na rubrica de empréstimos reflectindo as amortizações de capital a realizar em 2016 e na de outros credores e por força do registo da contribuição municipal para o FAM

De realçar que no passivo do Município de Anadia foi registado no ano de 2015 o valor total da sua contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), tendo transitado um valor na rubrica de outros credores a m/l prazo de 666.448,74 € e na de outros credores de curto prazo o valor de 133.290,00 € correspondendo este ultimo valor á quota parte da sua responsabilidade a regularizar no exercício de 2016.

O passivo exigível, que diminuiu quer em valor quer em termos relativos, divide-se em dois grandes agregados, diferenciando-se desta forma o seu prazo de exigibilidade – o médio e longo prazo e o curto prazo. No referente ao passivo de médio e longo prazo, existiu uma clara diminuição, refletindo nomeadamente o valor das amortizações de capital dos empréstimos bancários.

As dívidas a terceiros de curto prazo aumentaram, tendo contribuído para este aumento o aumento das amortizações de capital dos empréstimos bancários exigíveis a curto prazo. As dívidas aos fornecedores c/c decresceram e as de imobilizado aumentaram ligeiramente, não sendo significativos, face ao volume de atividade do grupo autárquico. O valor das dívidas a

outros credores, aumentou, devido essencialmente á contabilização da contribuição para o FAM.

O valor referente aos valores em dívida ao estado e outros entes públicos aumentou, e diz respeito essencialmente às retenções das contribuições devidas efetuadas aos funcionários e às que constituem responsabilidade das entidades que constituem o grupo autárquico.

4.2 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo autárquico em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a um aumento, quer dos Custos e Perdas, quer dos proveitos (9,93%), encerrando o ano de 2015 com resultados líquidos consolidados positivos, ao invés dos anos de 2014 e 2013.

Apresentaremos de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto global dos custos e perdas e proveitos e ganhos, podemos verificar a variação em valor e percentual relativamente ao ano de 2014 e comparativo deste com o de 2013.

Relativamente aos custos inerentes à atividade que está na essência do grupo autárquico, verifica-se, um aumento do seu valor de 779.975,02 euros e percentual de 4,48%, enquanto os custos e perdas financeiros diminuíram 56,68% em relação ao ano anterior, devido ao impacto registado em 2014 das provisões para aplicações financeiras.

Os custos e perdas extraordinárias aumentaram em 19,34%, refletindo nomeadamente o aumento verificado nas perdas em imobilizações.

Por outro lado, nos proveitos inerentes à atividade do grupo autárquico, assistiu-se igualmente a um aumento de 9,83%, devido essencialmente ao decréscimo verificado nas rubricas de prestações de serviços e na de impostos e taxas.

De realçar igualmente o aumento registado na rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos e na de trabalhos para a própria entidade.

Os proveitos e ganhos financeiros demonstraram estabilidade e os extraordinários cresceram ligeiramente.

SINTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Descrição	Demonstração de Resultados									
	2015		2014		Variação		2013		Variação	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Custos e Perdas Operacionais	18.175.349,53	90,06%	17.395.374,51	94,75%	779.975,02	4,48%	18.596.715,04	97,21%	-1.201.340,53	-6,46%
Custos e perdas financeiros	295.626,94	1,46%	682.373,83	3,72%	-386.746,89	-56,68%	197.406,98	1,03%	484.966,85	245,67%
Custos e perdas correntes	18.470.976,47	91,53%	18.077.748,34	98,47%	393.228,13	2,18%	18.794.122,02	98,25%	-716.373,68	-3,81%
Custos extraordinários	873.360,46	4,33%	731.825,92	3,99%	141.534,54	19,34%	1.077.240,68	5,63%	-345.414,76	-32,06%
Custos e perdas do exercício	19.344.336,93	95,85%	18.809.574,26	102,46%	534.762,67	2,84%	19.871.362,70	103,88%	-1.061.788,44	-5,34%
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.685,09	0,01%	873,68	0,00%	811,41	92,87%	641,51	0,00%	232,17	36,19%
Resultado líquido consolidado do exercício	835.007,66	4,14%	-452.030,14	-2,46%	1.287.037,80	-284,72%	-742.492,44	-3,88%	290.462,30	-39,12%
Custos e Perdas Totais	20.181.029,68	100,00%	18.358.417,80	100,00%	1.822.611,88	9,93%	19.129.511,77	100,00%	-771.093,97	-4,03%
Proveitos e ganhos operacionais	16.904.508,29	83,76%	15.391.833,20	83,84%	1.512.675,09	9,83%	16.100.542,46	84,17%	-708.709,26	-4,40%
Proveitos e ganhos financeiros	935.595,44	4,64%	948.415,84	5,17%	-12.820,40	-1,35%	943.063,18	4,93%	5.352,66	0,57%
Proveitos e ganhos correntes	17.840.103,73	88,40%	16.340.249,04	89,01%	1.499.854,69	9,18%	17.043.605,64	89,10%	-703.356,60	-4,13%
Proveitos e ganhos extraordinários	2.340.925,95	11,60%	2.018.168,76	10,99%	322.757,19	15,99%	2.085.906,13	10,90%	-67.737,37	-3,25%
Proveitos Totais	20.181.029,68	100,00%	18.358.417,80	100,00%	1.822.611,88	9,93%	19.129.511,77	100,00%	-771.093,97	-4,03%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Descrição	Demonstração de Resultados									
	2015		2014		Variação		2013		Variação	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Custos e Perdas										
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:										
Mercadorias	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Matérias	858.047,57	4,25%	822.565,73	4,48%	35.481,84	4,31%	996.834,85	5,21%	-174.269,12	-17,48%
Fornecimentos e serviços externos	4.947.667,04	24,52%	4.627.044,47	25,20%	320.622,57	6,93%	5.331.791,43	27,87%	-704.746,96	-13,22%
Custos com pessoal:	4.229.659,83	20,96%	4.257.302,97	23,19%	-27.643,14	-0,65%	4.273.967,20	22,34%	-16.664,23	-0,39%
Remunerações	3.369.743,58	16,70%	3.353.388,67	18,27%	16.354,91	0,49%	3.384.564,00	17,69%	-31.175,33	-0,92%
Encargos sociais	859.916,25	4,26%	903.914,30	4,92%	-43.998,05	-4,87%	889.403,20	4,65%	14.511,10	1,63%
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	913.009,47	4,52%	687.552,07	3,75%	225.457,40	32,79%	877.329,65	4,59%	-189.777,58	-21,63%
Amortizações do exercício	6.832.888,25	33,86%	6.788.488,93	36,98%	44.399,32	0,65%	6.930.151,27	36,23%	-141.662,34	-2,04%
Provisões do exercício	305.611,82	1,51%	133.129,06	0,73%	172.482,76	129,56%	144.615,28	0,76%	-11.486,22	-7,94%
Outros custos e perdas operacionais	88.465,55	0,44%	79.291,28	0,43%	9.174,27	11,57%	42.025,36	0,22%	37.265,92	88,67%
(A)	18.175.349,53	90,06%	17.395.374,51	94,75%	779.975,02	4,48%	18.596.715,04	97,21%	-1.201.340,53	-6,46%
Custos e perdas financeiros	295.626,94	1,46%	682.373,83	3,72%	-386.746,89	-56,68%	197.406,98	1,03%	484.966,85	245,67%
(C)	18.470.976,47	91,53%	18.077.748,34	98,47%	393.228,13	2,18%	18.794.122,02	98,25%	-716.373,68	-3,81%
Custos e perdas extraordinários	873.360,46	4,33%	731.825,92	3,99%	141.534,54	19,34%	1.077.240,68	5,63%	-345.414,76	-32,06%
(E)	19.344.336,93	95,85%	18.809.574,26	102,46%	534.762,67	2,84%	19.871.362,70	103,88%	-1.061.788,44	-5,34%
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.685,09	0,01%	873,68	0,00%	811,41	92,87%	641,51	0,00%	232,17	36,19%
(G)	19.346.022,02	95,86%	18.810.447,94	102,46%	535.574,08	2,85%	19.872.004,21	103,88%	-1.061.556,27	-5,34%
Resultado líquido do exercício	835.007,66	4,14%	-452.030,14	-2,46%	1.287.037,80	-284,72%	-742.492,44	-3,88%	290.462,30	-39,12%
Total dos Custos e Perdas	20.181.029,68	100,00%	18.358.417,80	100,00%	1.822.611,88	9,93%	19.129.511,77	100,00%	-771.093,97	-4,03%
Proveitos e ganhos										
Vendas e prestações de serviços	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Vendas de mercadorias	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Vendas de produtos	1.334.808,50	6,61%	1.190.840,56	6,49%	143.967,94	12,09%	1.235.909,53	6,46%	-45.068,97	-3,65%
Prestações de serviços	1.953.855,36	9,68%	1.710.661,51	9,32%	243.193,85	14,22%	1.572.063,03	8,22%	138.598,48	8,82%
Impostos e taxas	4.330.247,28	21,46%	3.818.895,23	20,80%	511.352,05	13,39%	3.771.111,04	19,71%	47.784,19	1,27%
Variação da produção a)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	692.114,87	3,43%	559.529,82	3,05%	132.585,05	23,70%	751.075,86	3,93%	-191.546,04	-25,50%
Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	#DIV/0!	17.667,00	0,09%	-17.667,00	-100,00%
Transferência e subsídios correntes obtidos:	8.568.177,27	42,46%	8.065.141,77	43,93%	503.035,50	6,24%	8.718.338,30	45,58%	-653.196,53	-7,49%
Outros proveitos e ganhos operacionais	25.305,01	0,13%	46.764,31	0,25%	-21.459,30	-45,89%	34.377,70	0,18%	12.386,61	36,03%
(B)	16.904.508,29	83,76%	15.391.833,20	83,84%	1.512.675,09	9,83%	16.100.542,46	84,17%	-708.709,26	-4,40%
Proveitos e ganhos financeiros	935.595,44	4,64%	948.415,84	5,17%	-12.820,40	-1,35%	943.063,18	4,93%	5.352,66	0,57%
(D)	17.840.103,73	88,40%	16.340.249,04	89,01%	1.499.854,69	9,18%	17.043.605,64	89,10%	-703.356,60	-4,13%
Proveitos e ganhos extraordinários	2.340.925,95	11,60%	2.018.168,76	10,99%	322.757,19	15,99%	2.085.906,13	10,90%	-67.737,37	-3,25%
(F)	20.181.029,68	100,00%	18.358.417,80	100,00%	1.822.611,88	9,93%	19.129.511,77	100,00%	-771.093,97	-4,03%
Resumo										
Resultados operacionais: (B) - (A) =	-1.270.841,24		-2.003.541,31		732.700,07	-36,57%	-2.496.172,58		492.631,27	-19,74%
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	639.968,50		266.042,01		373.926,49	140,55%	745.656,20		-479.614,19	-64,32%
Resultados correntes: (D) - (C) =	-630.872,74		-1.737.499,30		1.106.626,56	-63,69%	-1.750.516,38		13.017,08	-0,74%
Resultado antes de impostos: (F) - (E) =	836.692,75		-451.156,46		1.287.849,21	-285,46%	-741.850,93		290.694,47	-39,19%
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	835.007,66		-452.030,14		1.287.037,80	-284,72%	-742.492,44		290.462,30	-39,12%

Analisando a estrutura dos Custos e Perdas do grupo autárquico, podemos desde logo constatar que são as amortizações com 6,8 milhões de euros, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) e as transferências correntes concedidas os agregados que mais contribuem para o seu total.

Do lado dos Proveitos há que salientar o peso que as transferências e subsídios obtidos assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 42,46% dos proveitos do grupo autárquico em 2015, embora tenham decrescido em termos de peso global mas aumentado em valor absoluto relação ao ano anterior. Os impostos e taxas assumem igualmente um valor elevado, 21,46% em 2015, tendo crescido em relação ao ano anterior, impulsionados pelo aumento do valor arrecadado com o IMI e principalmente pela subida verificada no IMT.

ANÁLISE DE RESULTADOS	2015	2014	Variação (2015/2014)	
Resultados operacionais: (B) - (A) =	-1.270.841,24	-2.003.541,31	732.700,07	-36,57%
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	639.968,50	266.042,01	373.926,49	140,55%
Resultados correntes: (D) - (C) =	-630.872,74	-1.737.499,30	1.106.626,56	-63,69%
Resultado antes de impostos: (F) - (E) =	836.692,75	-451.156,46	1.287.849,21	-285,46%
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	835.007,66	-452.030,14	1.287.037,80	-284,72%

4.3 Indicadores de Gestão

4.3.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 23,56% do ativo total do Grupo Municipal) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados nos quadros seguintes relativamente ao grupo autárquico, permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Relativamente aos indicadores de equilíbrio de médio e longo prazo do grupo autárquico consolidado, tem-se a evidenciar o seguinte:

- Medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três ópticas, a que acresce o índice de autonomia financeira, assumindo todos valores muito confortáveis,

- O rácio de solvabilidade permite avaliar a capacidade de a entidade solver os seus compromissos de médio e longo prazo e analisar a sua dependência face a terceiros. Quanto mais elevado for este rácio, maior a estabilidade financeira apresentada, quanto mais baixo, maior a sua vulnerabilidade. Traduzem a capacidade do Grupo Autárquico, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na óptica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos.

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptada - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

- Este rácio, quando comparado com o ano de 2014, demonstra a grande facilidade do grupo autárquico em solver os seus compromissos, e a diminuta dependência face a terceiros, nomeadamente em relação à banca, sendo claramente superior a 100%.

- Esta diminuta dependência verifica-se nos rácios de solvabilidade I e II que demonstra uma clara melhoria, sofrendo um aumento quando comparado com o ano transacto, como a seguir se demonstra:

- Solvabilidade I – Aumenta 7,58%
- Solvabilidade II – Aumenta 7,58%
- Solvabilidade Adaptada – Aumenta 7,86%

- O rácio de autonomia financeira, expressa a participação dos fundos próprios no financiamento do grupo autárquico consolidado, demonstrando qual a dependência perante os capitais alheios. Pela análise efectuada verifica-se que a autonomia financeira do grupo autárquico registou um ligeiro ajustamento em alta, continua a apresentar valores elevados e reforçou a baixa dependência perante os capitais alheios.

Autonomia Financeira - relaciona os Fundos Próprios com o Ativo Líquido.

INDICADORES DE EQUILÍBRIO DE MLP DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIACÃO	ANOS		VARIACÃO
		2015	2014	2015/2014	2014	2013	2014/2013
SOLVABILIDADE I	Fundo Patrimonial/Passivo	182,95%	175,36%	7,58%	175,36%	179,91%	-4,54%
SOLVABILIDADE II	Ativo Líquido/Passivo	282,95%	275,36%	7,58%	275,36%	279,91%	-4,54%
SOLVABILIDADE ADAPTADA	(Ativo Líquido Total - BDPLíquido)/Passivo	221,29%	213,43%	7,86%	213,43%	214,08%	-0,66%
AUTONOMIA FINANCEIRA	Fundo Patrimonial/Ativo Líquido	64,66%	63,68%	0,97%	63,68%	64,27%	-0,59%

Os indicadores de equilíbrio de curto prazo do grupo consolidado demonstram claramente a existência de liquidez para fazer face ao passivo exigível circulante ou de curto prazo, tendo diminuído o indicador de liquidez geral, pelo efeito de o aumento do passivo circulante ter sido superior ao aumento do ativo circulante e ter estabilizado o de liquidez imediata.

Efectivamente os rácios de liquidez geral e reduzida, apresentam-se claramente superiores ao patamar dos 100%, sendo portanto positivos e tendo aumentado.

INDICADORES DE EQUILÍBRIO DE CP DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIACÃO	ANOS		VARIACÃO
		2015	2014	2015/2014	2014	2013	2014/2013
LIQUIDEZ GERAL	Ativo Circulante/Passivo Circulante	482,77%	525,16%	-42,39%	525,16%	371,01%	154,15%
LIQUIDEZ IMEDIATA	Disponibilidades/Passivo Circulante	357,94%	357,46%	0,48%	357,46%	91,55%	265,91%

Os indicadores de imobilizações do grupo consolidado, permitem-nos retirar da sua análise algumas conclusões, nomeadamente á boa cobertura do imobilizado líquido por capitais permanentes ou pelo fundo patrimonial, tendo ambos os indicadores aumentado.

A cobertura do imobilizado líquido por capitais alheios apesar de no seu global ter aumentado, devido á diminuição do valor do imobilizado líquido, diminuiu no referente aos capitais alheios de MLP e aumentou no referente aos de CP, acompanhando desta forma a evolução já devidamente explicada no referente aos capitais alheios e à contabilização do FAM.

O indicador do imobilizado líquido total demonstra, apesar de ter descido, por força de o imobilizado líquido ter apresentado uma diminuição superior ao aumento verificado no ativo líquido, o elevado peso que os bens do imobilizado representam para o grupo autárquico. Este mesmo indicador, mas referente aos bens do domínio público, demonstra qual o seu peso no total do ativo líquido. Assume em termos do grupo autárquico um valor elevado, tendo aumentado.

INDICADORES DE IMOBILIZAÇÕES DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES	ANOS		VARIAÇÃO	ANOS		VARIAÇÃO	
	2015	2014	2015/2014	2014	2013	2014/2013	
Indicador das Imobilizações I	Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	75,02%	73,45%	1,5614%	73,45%	73,17%	0,2827%
Indicador das Imobilizações II	Fundo Patrimonial / Imobilizado Líquido	69,90%	68,00%	1,9048%	68,00%	67,18%	0,8169%
Indicador das Imobilizações III	Capitais Alheios MLP / Imobilizado Líquido	5,12%	5,46%	-0,3434%	5,46%	5,99%	-0,5341%
Indicador das Imobilizações IV	Capitais Alheios CP / Imobilizado Líquido	1,59%	1,24%	0,3413%	1,24%	1,11%	0,1308%
Percentagem de Imobilizado líquido Total	Imobilizado Líquido / Ativo Líquido	92,50%	93,66%	-1,1602%	93,66%	95,68%	-2,0165%
Percentagem de Imobilizado Líquido de Bens do Domínio Público	Imobilizado de BDP / Ativo Líquido	21,79%	22,49%	-0,7013%	22,49%	23,52%	-1,0240%

No que diz respeito aos indicadores de endividamento do grupo consolidado, que face aos valores apresentados demonstram claramente a diminuta exposição do grupo autárquico ao endividamento, expõe-se o seguinte:

- O passivo do grupo autárquico situa-se nos 35,34% do ativo líquido, tendo diminuído ligeiramente, mas mantendo-se ainda inferior a metade do seu valor.
- Os empréstimos de médio e longo prazo do grupo correspondem a 4,24% do ativo líquido, tendo decrescido, apesar de apresentar um valor extremamente baixo.
- As dívidas de curto prazo apresentam valores correspondentes apenas a 1,47% do ativo líquido, tendo aumentado ligeiramente. Os empréstimos com exigibilidade a curto prazo apenas correspondem a 0,83% do ativo líquido, tendo igualmente aumentado ligeiramente.

- As dívidas de médio e longo prazo quando comparadas com o passivo, apenas representam 13,39% do mesmo, tendo diminuído quando comparadas com o ano de 2014.

- As dívidas de curto prazo apenas representam 4,15% do valor do passivo do grupo, tendo registado uma ligeira subida em relação ao ano anterior.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIAÇÃO	ANOS		VARIAÇÃO
		2015	2014	2015/2014	2014	2013	2014/2013
Endividamento	Passivo/Ativo Líquido	35,34%	36,32%	-0,97%	36,32%	35,73%	0,59%
Endividamento de MLP	Dívidas de MLP/Ativo Líquido	4,73%	5,11%	-0,38%	5,11%	5,73%	-0,62%
Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP/Ativo Líquido	4,24%	5,05%	-0,81%	5,05%	5,45%	-0,40%
Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo/Ativo Líquido	1,47%	1,17%	0,30%	1,17%	1,07%	0,10%
Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de CP/Ativo Líquido	0,83%	0,70%	0,12%	0,70%	0,62%	0,09%
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP/Passivo	13,39%	14,08%	-0,69%	14,08%	16,05%	-1,97%
Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo/Passivo	4,15%	3,21%	0,94%	3,21%	2,98%	0,23%
Endividamento de MLP (Excluindo o FAM)	Dívidas de MLP/Ativo Líquido	4,24%	5,11%	-0,87%	5,11%	5,73%	-0,62%
Endividamento de CP (Excluindo o FAM)	Dívidas de Curto Prazo/Ativo Líquido	1,37%	1,17%	0,20%	1,17%	1,07%	0,10%

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa dos fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo autárquico, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo autárquico como um todo durante o ano 2015, aparece refletido no mapa próprio, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 18.776.056,49 euros, sendo 17.870.701,71 euros provenientes de receitas orçamentais e 905.354,78 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global do Grupo autárquico, em termos orçamentais (total de 16.459.525,31 euros), inferior em 1.411.176,64 euros à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 5.114.201,25 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 6.525.377,65 euros. A este saldo acrescem 623.839,38 euros como saldo de operações de tesouraria.



MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

(€)

	2015	2014	Varição
Caixa e equivalentes no início	5.698.517,92	1.321.199,89	4.377.318,03
Execução Orçamental	5.114.201,25	615.252,89	4.498.948,36
Operações de tesouraria	584.316,67	705.947,00	-121.630,33
Operações Orçamentais			
Operações correntes			
Recebimentos correntes	16.294.666,46	15.626.201,41	668.465,05
Despesas correntes	10.838.817,95	10.691.307,07	147.510,88
Resultados de operações correntes	5.455.848,51	4.936.124,34	519.724,17
Operações de capital			
recebimentos de capital	1.426.079,60	6.402.417,00	-4.976.337,40
Despesas de capital	4.507.791,63	5.825.875,12	-1.318.083,49
Resultado de operações de investimento	-3.081.712,03	576.541,88	-3.658.253,91
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.099,00	11.260,20	-10.161,20
Operações financeiras			
Recebimentos Financeiros	148.856,65	136.504,80	12.351,85
Pagamentos financeiros	1.112.915,73	1.144.371,12	-31.455,39
Resultado das operações financeiras	-964.059,08	-1.007.866,32	43.807,24
Operações de Tesouraria			
Recebimentos	905.354,78	901.361,19	3.993,59
Pagamentos	865.832,07	1.040.103,26	-174.271,19
Resultado das operações tesouraria	39.522,71	-138.742,07	178.264,78
Caixa e equivalentes no fim			
Execução Orçamental	6.525.377,65	5.114.201,25	1.411.176,40
Operações de tesouraria	623.839,38	584.316,67	39.522,71

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2015, o fluxo financeiro de entradas em caixa e destinados a outras entidades foram de 905.354,78 euros, enquanto os movimentos de saída totalizaram o valor de 623.839,38 euros. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que neste caso o grupo municipal realiza para terceiros.



6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício de 2015 não se verificaram a ocorrência de factos relevantes.

7. Balanço consolidado do grupo autárquico

		MUNICÍPIO DE ANADIA BALANÇO CONSOLIDADO GRUPO AUTÁRQUICO DE ANADIA A 31/12/2015			
		(€)			
Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2015		2014	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	1.564.232,89		1.564.232,89	1.485.149,24
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	53.307.789,09	25.600.464,49	27.707.324,60	29.180.188,48
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	3.075,00	3.075,00		
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	397.850,23		397.850,23	94.770,57
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		55.272.947,21	25.603.539,49	29.669.407,72	30.760.108,29
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	236.360,21	235.216,33	1.143,88	2.619,64
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		236.360,21	235.216,33	1.143,88	2.619,64
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	11.899.433,86		11.899.433,86	11.914.121,58
422	Edifícios e outras construções	121.520.483,13	45.556.133,37	75.964.349,76	77.863.636,42
423	Equipamento básico	7.154.480,73	5.602.113,23	1.552.367,50	1.881.295,72
424	Equipamento de transporte	4.202.400,25	3.235.780,07	966.620,18	886.043,29
425	Ferramentas e utensílios	196.871,82	188.672,59	8.199,23	6.201,53
426	Equipamento administrativo	2.735.836,07	2.633.222,62	102.613,45	116.399,25
427	Taras e vasilhame	1.756,26	1.756,26	0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas	129.457,98	110.644,92	18.813,06	18.055,76
442	Imobilizações em curso	833.030,95		833.030,95	79.485,84
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		148.673.751,05	57.328.323,06	91.345.427,99	92.765.239,39
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	60.605,00	0,00	60.605,00	61.605,00
412	Obrigações e títulos de participação	938.028,74		938.028,74	5.000,00
414	Investimentos em imóveis	4.177.905,12	252.175,33	3.925.729,79	4.492.268,25
415	Outras aplicações financeiras	1.343,89		1.343,89	
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		5.177.882,75	252.175,33	4.925.707,42	4.558.873,25
	Circulante				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	190.990,58		190.990,58	230.480,67
35	Produtos e trabalho em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		190.990,58	0,00	190.990,58	230.480,67
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	320.053,38		320.053,38	413.111,51
212	Contribuintes c/c	803,23		803,23	695,50
213	Utentes c/c	3.068,44		3.068,44	1.223,44
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	631.640,48	631.640,48	0,00	
251	Devedores pela execução do orçamento			0,00	
229	Adiantamentos a fornecedores	369,50		369,50	304,50
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0,00	
24	Estado e outros entes públicos	140.004,39		140.004,39	115.675,13
264	Administração autárquica			0,00	
262+263+267+268	Outros devedores	1.837.791,30		1.837.791,30	1.911.890,19
		2.933.730,72	631.640,48	2.302.090,24	2.442.900,27
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	7.142.762,06		7.142.762,06	5.689.686,23
11	Caixa	6.454,97		6.454,97	8.831,69
		7.149.217,03		7.149.217,03	5.698.517,92
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	524.269,73		524.269,73	243.786,78
272	Custos diferidos	45.943,39		45.943,39	55.467,89
		570.213,12		570.213,12	299.254,67
	Impostos diferidos				
	Total de amortizações		83.419.254,21		
	Total de provisões		631.640,48		
	Total do activo	220.205.092,67	84.050.894,69	136.154.197,98	136.757.994,10

MUNICÍPIO DE ANADIA
BALANÇO CONSOLIDADO GRUPO AUTÁRQUICO DE ANADIA A 31/12/2015

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2015	2014
	Fundos próprios:		
51	Património	74.493.575,93	74.483.194,49
	Diferenças de consolidação	-8.042,80	623,56
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	8.649.836,70	8.649.836,70
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	51.166,00	51.166,00
576	Doações	14.927,49	9.601,05
577	Reservas decorrentes da transferência de activos		
58	Outras Variações no capital próprio		
59	Resultados transitados	3.785.339,18	4.134.126,62
88	Resultado líquido do exercício	870.090,98	-454.289,38
	Total dos Fundos Próprios do Grupo	87.856.893,48	86.874.259,04
	Interesses minoritários	177.034,16	219.312,00
	Total dos Fundos próprios	88.033.927,64	87.093.571,04
	Passivo:		
29	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Dividas a instituições de crédito	5.776.424,47	6.905.026,98
2613 + 2685	Outros credores	666.448,74	87.475,60
	Passivos por impostos diferidos		
		6.442.873,21	6.992.502,58
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
23111	Empréstimos de curto prazo	1.127.969,57	962.998,93
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	18.298,90	41.212,03
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Cientes e utentes c/ cauções	9.924,83	9.924,83
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c	6.341,22	5.054,80
24	Estado e outros entes públicos	76.696,08	65.006,01
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	758.065,75	509.961,42
2613	Contratos Leasing		
		1.997.296,35	1.594.158,02
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.062.523,88	682.251,84
274	Proveitos diferidos	38.617.576,90	40.395.510,62
		39.680.100,78	41.077.762,46
	Total dos fundos próprios e do passivo	136.154.197,98	136.757.994,10

8. Demonstração de Resultados Consolidada do grupo autárquico

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA GRUPO AUTÁRQUICO DE ANADIA A 31/12/2015

(€)

		2015		2014	
		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
Custos e Perdas					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	858.047,57	858.047,57	822.565,73	822.565,73
62	Fornecimentos e serviços externos	4.947.667,04		4.627.044,47	
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	3.369.743,58		3.353.388,67	
643 a 648	Encargos sociais	859.916,25	9.177.326,87	903.914,30	8.884.347,44
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	913.009,47	913.009,47	687.552,07	687.552,07
66	Amortizações do exercício	6.832.888,25		6.788.488,93	
67	Provisões do exercício	305.611,82	7.138.500,07	133.129,06	6.921.617,99
65	Outros custos e perdas operacionais	88.465,55	88.465,55	79.291,28	79.291,28
	(A)		18.175.349,53		17.395.374,51
68	Custos e perdas financeiros	295.626,94	295.626,94	682.373,83	682.373,83
	(C)		18.470.976,47		18.077.748,34
69	Custos e perdas extraordinários	873.360,46	873.360,46	731.825,92	731.825,92
	(E)		19.344.336,93		18.809.574,26
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	1.685,09	1.685,09	873,68	873,68
	(G)		19.346.022,02		18.810.447,94
88	Resultado líquido do exercício		835.007,66		-452.030,14
	- Grupo autárquico		870.090,98		-454.289,36
	- Interesses minoritários		-35.083,32		2.259,24
			20.181.029,68		18.358.417,80
Proveitos e ganhos					
	Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos	1.334.808,50		1.190.840,56	
712	Prestações de serviços	1.953.855,36	3.288.663,86	1.710.661,51	2.901.502,07
72	Impostos e taxas	4.330.247,28		3.818.895,23	
	Variação da produção a)				
75	Trabalhos para a própria entidade	692.114,87		559.529,82	
73	Proveitos suplementares				
74	Transferência e subsídios correntes obtidos:	8.568.177,27		8.065.141,77	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	25.305,01	13.615.844,43	46.764,31	12.490.331,13
	(B)		16.904.508,29		15.391.833,20
78	Proveitos e ganhos financeiros	935.595,44	935.595,44	948.415,84	948.415,84
	(D)		17.840.103,73		16.340.249,04
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.340.925,95	2.340.925,95	2.018.168,76	2.018.168,76
	(F)		20.181.029,68		18.358.417,80

Resumo

Resultados operacionais: (B) - (A) =	-1.270.841,24	-2.003.541,31
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	639.968,50	266.042,01
Resultados correntes: (D) - (C) =	-630.872,74	-1.737.499,30
Resultado antes de impostos: (F) - (E) =	836.692,75	-451.156,46
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	835.007,66	-452.030,14

9. Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais do grupo autárquico

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS (exercício de 2015)

(€)

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		5.698.517,92	Despesas orçamentais		16.459.525,31
Execução orçamental	5.114.201,25		Correntes	11.951.733,68	
Operações de tesouraria	584.316,67		Capital	4.507.791,63	
Receitas orçamentais		17.870.701,71	Operações de tesouraria		865.832,07
Correntes		16.443.523,11	Saldo para a gerência seguinte		7.149.217,03
Capital		1.426.079,60	Execução orçamental		6.525.377,65
Receitas Outras		1.099,00	Operações de tesouraria		623.839,38
Operações de tesouraria		905.354,78			
<i>Total</i>		24.474.574,41	<i>Total</i>		24.474.574,41

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS (exercício de 2014)

(€)

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		1.321.199,89	Despesas orçamentais		17.660.323,31
Execução orçamental	615.252,89		Correntes	10.983.161,50	
Operações de tesouraria	705.947,00		Capital	6.677.161,81	
Receitas orçamentais		22.176.383,41	Operações de tesouraria		1.040.103,26
Correntes		15.762.706,21	Saldo para a gerência seguinte		5.698.517,92
Capital		6.402.417,00	Execução orçamental		5.114.201,25
Receitas Outras		11.260,20	Operações de tesouraria		584.316,67
Operações de tesouraria		901.361,19			
<i>Total</i>		24.398.944,49	<i>Total</i>		24.398.944,49

INTRODUÇÃO

O Município de Anadia apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), relativas ao exercício de 2015, reportado a 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º.1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do artigo 75.º, Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado por RFALEI, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 1 do artigo 75.º do RFALEI, surge o grupo autárquico composto pelas seguintes entidades:

1.1.1. Entidade Mãe - Município de Anadia

Sede Social – largo do Município 3780-215 Anadia

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, água, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.

1.1.2. Empresa Local – WRC-Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA

Sede Social: Curia Tecnoparque, 3780-544 Tamengos

Atividade Principal: Promoção de ações geradoras de emprego e que permitam fomentar a coesão e melhorar a qualidade de vida na Região Centro, em atividades de serviços, industria e comércio exclusivamente relacionadas com a sociedade de informação e a nova economia.

Composição dos Órgãos Sociais:

Órgãos Sociais	
Triénio 2014/2016	
Conselho de Administração	
Presidente:	João Vasco Ribeiro
Vice-Presidente:	José Simões Marques
Vogal:	Pedro Maranhã Tiago
Suplente:	Jorge Eduardo Ferreira Sampaio
Mesa da Assembleia Geral	
Presidente:	Litério Augusto Marques (Mun. Anadia)
Vogal:	Rosa Reis Marques (Mun. Coimbra)
Vogal:	Rui Jorge da Silva Antunes (IPCoimbra)
Fiscal Único	
Efetivo	Noras Silvério & Bizarro do Vale, SROC, Lda.
Suplente:	Pedro Roque, SROC, Unip., Lda.

Órgão de fiscalização: Noras Silvério & Bizarro do Vale, SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Empresa do Setor Empresarial Local

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2015

Estado das contas do exercício (e anteriores se pertinente): Aprovadas em Assembleia Geral realizada a 28 de março 2016.

Capital/participação detida: 69,2%. totalmente de forma direta

Número médio de trabalhadores: 6

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: A detenção de uma participação de 69,20% constitui, segundo o definido na Portaria 474/2010, indicação de poder de controlo, pelo que deve constar do perímetro de consolidação.

Método Consolidação aplicado: Método de consolidação integral.

1.2 – Fluxos entre as duas entidades

Durante o ano de 2015 a contabilidade do Município de Anadia registou as seguintes operações com a WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, SA:

- i) Valor das transacções: 307,50€ de receita emitida e cobrada e 46.309,50€ de despesa realizada e paga.
- ii) Não existe nenhum saldo pendente na rubrica de fornecedores a favor dessa entidade, não sendo reconhecida qualquer dívida nem existindo qualquer crédito a favor desta entidade.

2. Entidades Excluídas da Consolidação

Nome da Entidade	NIF	Valor da Participação	Participação do Município	Justificativo
Entidades Participadas Societárias:				
ERSUC-Resíduos Sólidos do Centro, SA.	503004405	55.105,00 €	1,35%	a)
Entidades Participadas Não Societárias:				
ABAP-Associação do Beira Atlântico Parque	504843354	5.000,00 €	0,20%	b)
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	4.756,00 €	0,32%	c)
Associação Plataforma p/a Construção Sustentável	508242339	2.500,00 €	1,73%	b)
Associação Rota da Bairrada	507946626	500,00 €	3,13%	b)
CIRA-Comunidade Intermunicipal Região de Aveiro	508771935	28.312,00 €	8,30%	c)
Escola Profissional Viticultura e Enologia Beira Litoral	504755412	2.500,00 €	3,78%	b)

- a) As empresas participadas (art.º 3º e 51º e seguintes da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto) nunca serão incluídas nos perímetros de consolidação dos municípios, pois, neste caso, não é susceptível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local.
- b) As entidades intermunicipais e associativas municipais são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer município (nº 2 do artigo 75.º do RFALEI).
- c) As entidades de outra natureza (nº 3 do artigo 75.º do RFALEI), onde se verifique a inexistência ou presunção de controlo (nºs 4 e 5 do artigo 75.º do RFALEI), e não se enquadrarem de entidades especificamente elencadas no nº 6 do artigo 75.º do RFALEI.

3. Informações de procedimentos de consolidação

Para garantir uma uniformização da informação da entidade incluída no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamento que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas da entidade consolidada, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

O município de Anadia utiliza no processo de consolidação o método de consolidação integral.

Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

O quadro seguinte permite-nos visualizar o endividamento consolidado de médio e longo prazo, de acordo com o nº7 do artigo 75º da Lei 73/2013, desagregada por rubrica patrimonial.

Dívidas a terceiros de médio/longo prazos

Ano: 2015
(unidade: euro)

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos			Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo local consolidado
	MUNICIPIO	WRC	TOTAL		
23	5.776.424,47	0,00	5.776.424,47	0,00	5.776.424,47
264	666.448,74	0,00	666.448,74	0,00	666.448,74
Total	6.442.873,21	0,00	6.442.873,21	0,00	6.442.873,21

A evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo autárquico, e que se confina apenas ao Município de Anadia, pode ser visualizado no quadro seguinte, verificando-se, que se manteve a tendência descendente de 2014 em que registou uma descida de 4,16%, em 2015 a dívida passou de 7.868.025,91 euros para os 6.904.394,04 euros, ou seja, registou uma descida de 12,25%.

Evolução do Stock da Dívida

Descrição	2015	2014	2013
1- Dívida empréstimos m/l prazo no início do período	7.868.025,91	8.209.149,20	7.507.074,50
2 - empréstimos contraídos e utilizados no período	0,00	510.163,40	1.535.039,40
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00
4- Amortizações do período	963.631,87	851.286,69	832.964,70
1- Dívida empréstimos m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	6.904.394,04	7.868.025,91	8.209.149,20
Taxa de Evolução da Dívida	-12,25%	-4,16%	9,35%

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (alínea d) do n.º7 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) da entidade consolidante e consolidadas resultam no seguinte mapa.

AJUSTAMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO 2015 - CMA/WRC				
Descrição	Conta(s) a débito	Conta(s) a crédito	Valor(es) a débito	Valor(es) a crédito
A) Anulação de saldos e transações intragrupo				
1. Aluguer de espaço na Feira da Vinha e do Vinho	712	62	750,00	750,00
2. Serviços Prestados pela WRC	712	62	37.650,00	37.650,00
3. Direito de superfície Edifícios Quinta dos Cabrais		433		667.000,00
	48		300.150,00	
	274		366.850,00	
	78	66	33.350,00	33.350,00
4. Saldo intragrupo (diferença consolidação)	59	211	1.814,99	1.814,99
B) Homogeneização de políticas				
1. Impostos diferidos activos	Impostos dif.			
		83		17.804,18
	59		17.804,18	
		Int. minoritarios	5.483,69	5.483,69
2. Impostos diferidos passivos	Imp. dif.	58	850,00	850,00
3. Subsídios ao investimento-atribuído Munic. Anadia	58	59	5.000,00	5.000,00
C) Anulação da participação financeira e reconhecimento da diferença consolidação				
		411		952.000,00
	48		558.525,61	
	51		946.829,00	
		acções próprias		692,00
		59		560.705,41
		correção consolidação	8042,8	
D) Reconhecimento dos interesses minoritários (não controlados)				
		Int. minoritarios		171.550,47
		Int. minoritarios		40.567,01
	51		421.421,00	
		acções próprias		308,00
		59		208.995,52
			421.421,00	421.421,00

6. Informações relativas a compromissos

Os compromissos assumidos pelo Município de Anadia para exercícios futuros assumem à data de 31/12/2015 o valor de 1.970.027,11€.

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo local.

7.1 Imobilizações

Os bens de imobilizado do grupo autárquico foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados.

As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem.

As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações/provisões.

7.2 Locação Financeira

Não existiram bens utilizados em regime de locação financeira.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, tendo como critério de custeio das saídas o custo médio ponderado.

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência.

São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado autárquico cada uma das entidades, regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

8. Informações relativas a diversas rubricas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»

No exercício não houve movimentos

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e ajustamentos.



ATIVO IMOBILIZADO BRUTO CONSOLIDADO

Nº Conta	Designação	Saldo Inicial	Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transf.+Abates	Saldo Final
Bens de Domínio Público							
451	Terrenos e recursos naturais	1.485.149,24	32.369,16	42.614,49	0,00	4.100,00	1.564.232,89
453	Outras construções e infraestruturas	52.694.079,69	0,00	9.069,00	0,00	604.640,40	53.307.789,09
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	3.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.075,00
445	Imobilizações em curso	94.770,57	-326.758,91	1.234.478,97	0,00	-604.640,40	397.850,23
		54.277.074,50	-294.389,75	1.286.162,46	0,00	4.100,00	55.272.947,21
Imobilizações Incorpóreas							
433	Propriedade industrial e outros direitos	236.360,21	0,00	0,00	0,00	0,00	236.360,21
Imobilizações Corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais	11.914.121,58	88.761,54	11.400,00	0,00	-114.849,26	11.899.433,86
422	Edifícios e outras construções	119.488.187,36	0,00	46.590,90	0,00	1.985.704,87	121.520.483,13
423	Equipamento básico	6.985.148,85	0,00	174.789,18	10.329,20	4.871,90	7.154.480,73
424	Equipamento de transporte	3.906.393,68	100,00	296.269,57	0,00	-363,00	4.202.400,25
425	Ferramentas e utensílios	191.817,46	0,00	5.054,36	0,00	0,00	196.871,82
426	Equipamento administrativo	2.668.891,57	0,00	66.944,50	0,00	0,00	2.735.836,07
427	Taras e vasilhame	1.756,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.756,26
429	Outras imobilizações corpóreas	123.823,86	0,00	5.271,12	0,00	363,00	129.457,98
442	Imobilizações em curso	79.485,84	0,00	2.739.249,98	0,00	-1.985.704,87	833.030,95
		145.359.626,46	88.861,54	3.345.569,61	10.329,20	-109.977,36	148.673.751,05
Investimentos Financeiros							
411	Partes de capital	1.012.605,00	-952.000,00	0,00	0,00	0,00	60.605,00
412	Obrigações e títulos de participação	5.000,00	0,00	933.028,74	0,00	0,00	938.028,74
4141	Investimentos em imóveis	4.779.896,96	0,00	0,00	601.991,84	0,00	4.177.905,12
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	1.343,89	0,00	0,00	1.343,89
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		4.846.501,96	-952.000,00	934.372,63	601.991,84	0,00	5.177.882,75
TOTAL		204.719.563,13	-1.157.528,21	5.566.104,70	612.321,04	-105.877,36	209.360.941,22

AMORTIZAÇÕES

Nº Conta	Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público					
4853	Outras construções e infraestruturas	23.513.891,21	2.086.573,28	0,00	25.600.464,49
4855	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	3.075,00	0,00	0,00	3.075,00
		23.516.966,21	2.086.573,28	0,00	25.603.539,49
De Imobilizações Incorpóreas					
4833	Propriedade industrial e outros direitos	233.740,57	1.475,76	0,00	235.216,33
De Imobilizações Corpóreas					
4822	Edifícios e outras construções	41.624.550,94	3.931.582,43	0,00	45.556.133,37
4823	Equipamento básico	5.103.853,13	509.263,32	11.003,22	5.602.113,23
4824	Equipamento de transporte	3.020.350,39	215.329,68	-100,00	3.235.780,07
4825	Ferramentas e utensílios	185.615,93	3.056,66	0,00	188.672,59
4826	Equipamento administrativo	2.552.492,32	80.730,30	0,00	2.633.222,62
4827	Taras e vasilhame	1.756,26	0,00	0,00	1.756,26
4829	Outras imobilizações corpóreas	105.768,10	4.876,82	0,00	110.644,92
		52.594.387,07	4.744.839,21	10.903,22	57.328.323,06
De Investimentos em Imóveis					
4812	Edifícios e outras construções:	287.628,71	24.994,17	-60.447,55	252.175,33
TOTAL		76.632.722,56	6.857.882,42	-49.544,33	83.419.254,21

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não aplicável.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades.

VALOR LIQUIDO CONSOLIDADO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - 2015

Designação	Município Anadia	WRC	Correções/Anulações/C consolidação	Total Consolidado
Vendas de Produtos	1 334 808,50	0,00	0,00	1 334 808,50
Prestações de Serviços	1 769 299,56	222 955,80	-38 400,00	1 953 855,36
TOTAL	3 104 108,06	222 955,80	-38 400,00	3 288 663,86

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver

influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Os órgãos sociais da WRC não foram remunerados. O Revisor Oficial de Contas auferiu a título de honorários o valor de 2.214,00€.

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não aplicável.

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Ano:

2015
(unidade euro)

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			Código das Contas	PROVITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		
		2015	2014	2013			2015	2014	2013
681	Juros suportados	159.297,78	171.128,52	134.918,88	781	Juros obtidos	31.466,09	14.608,50	4.024,61
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00	3.724,02
683	Amortizações de investimentos em imóveis	24.994,17	31.601,22	32.576,93	783	Rendimentos de imóveis	900.803,54	930.580,54	935.314,55
684	Provisões para aplicações financeiras	93.566,06	464.959,55	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	3.227,41	3.228,80	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00	0,00
686	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	786	descontos de pronto pagamento obtidos	98,40	0,00	0,00
687	Outros custos e perdas financeiros	17.768,93	14.684,54	29.911,17	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00
688	Resultados financeiros	639.968,50	266.042,01	745.656,20	788	Outros proventos e ganhos financeiros	0,00	0,00	0,00
	Total	935.595,44	948.415,84	943.063,18		Total	935.595,44	948.415,84	943.063,18

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Ano: 2015
(unidade euro)

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			Código das Contas	PROVETOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		
		2015	2014	2013			2015	2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	408.924,68	460.479,80	803.546,93	791	Restituições de impostos	0,00	0,00	6.722,06
692	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	323,15	505,68	793	Ganhos em existências	0,00	1.908,84	174.093,45
694	Perdas em imobilizações	425.261,99	182.170,44	122.297,31	794	Ganhos em imobilizações	468.231,43	240.006,22	0,00
695	Multas e penalidades	231,18	12.539,76	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	6.362,50	4.337,36	2.596,81
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	74,51	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	36.013,83	28.265,60	88.847,45	797	Correções relativas a exercícios anteriores	274,75	0,00	4.168,72
698	Outros custos e perdas extraordinários	2.928,78	48.047,17	62.043,31	798	Outros provetos e ganhos extraordinários	1.866.057,27	1.771.841,83	1.898.325,09
	Resultados extraordinários	1.487.565,49	1.286.342,84	1.008.665,45					
	Total	2.340.925,95	2.018.168,76	2.085.906,13		Total	2.340.925,95	2.018.168,76	2.085.906,13

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Desdobramento da Conta de Provisões Acumuladas

Grupo Autárquico de Anadia

Ano: 2015

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	377.023,47	305.611,82	50.994,81	631.640,48
292 Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39 Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49 Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	377.023,47	305.611,82	50.994,81	631.640,48

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

Não aplicável

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

9. Informações diversas

Em relação à empresa WRC, trata-se de sociedade que em função dos prejuízos acumulados se encontra numa situação de perda de mais de metade do capital (artigo 35º do código das sociedades comerciais). O Município terá de efectuar para esta empresa uma transferência financeira, na proporção da respectiva participação social, para cumprimento do estabelecido no artigo 40º da Lei 50/2012.

A sociedade registou prejuízos pelo segundo ano consecutivo pelo que ao abrigo do artigo 62º da Lei 50/2012 fica obrigada a tomar as medidas nele previstas caso registe prejuízos no próximo ano.

Anadia, 08 de junho de 2016

A Presidente da Câmara Municipal de Anadia

(Eng^a Maria Teresa Belém Correia Cardoso)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Anadia**, (“Município”), as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de balanço 136.154.198 euros e um total de fundos próprios de 87.033.928 euros, incluindo interesses minoritários no montante de 177.034 euros e um resultado liquido de 870.091 euros atribuível ao grupo autárquico), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa de operações orçamentais do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Sócios: Pedro Matos Silva, António Pires Caiado, João Paulo Ferreira, Luísa Maria Rebordão

R. de Olivença, Edifício Topázio, 11 - 5º - sala 502 3000-306 COIMBRA Telef. 239 836 532 Fax 239 836 937 E-mail: geral@sroc44.com
R. Luciano Cordeiro, 113, 6º Esq. 1150-214 LISBOA Telef. 213 522 176 Fax 213 521 924 E-mail: ms.sroc.lx@netcabo.pt

Capital social: 8 000 €uros - Contribuinte nº 501 801 804 - Inscrição na O.R.O.C. com o nº 44
Inscrição no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários nº 20161390



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Decorrente do processo de integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia ("SMAS") na estrutura organizacional do Município, ocorrido em 1 de janeiro de 2013, não foi possível validar a asserção valorização para um conjunto de infraestruturas (redes de água e saneamento) que se encontravam registadas no imobilizado corpóreo dos extintos SMAS, considerando a sua data de aquisição/construção, não obstante as referidas infraestruturas continuarem a revelar operacionalidade em face dos proveitos gerados.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação referida no paragrafo n.º 7 anterior, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Anadia** em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados de Operações Orçamentais do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para as Autarquias Locais.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Coimbra, 9 de junho de 2016

P. Matos Silva, Garcia Jr, P. Caiado & Associados, SROC, Lda
representada por:

João Paulo Ferreira (ROC n.º 851)



MUNICÍPIO DE ANADIA
CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUENTE Nº 904.284.103

MINUTA DA DELIBERAÇÃO

ASSUNTO DO PERÍODO DA ORDEM DO DIA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE JUNHO DE 2016
EXECUTIVO 2013/2017

PRESENCAS: Eng.^a Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Prof. Litério Augusto Marques, Dr. Jorge António Tavares de São José, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, Eng.^o Jorge Eduardo Ferreira Sampaio e Dr.^a Lígia Filipe Seabra.-----

DELIBERAÇÃO

---- 2. PROPOSTA DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE ANADIA DO ANO DOIS MIL E QUINZE (2015):-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a proposta de contas consolidadas do Município de Anadia do ano dois mil e quinze (2015), que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Preconiza o número um (1), do artigo septuagésimo quinto (75.^o), da Lei número setenta e três barra dois mil e treze (73/2013), de três (03) de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)), que "*Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.*"-----

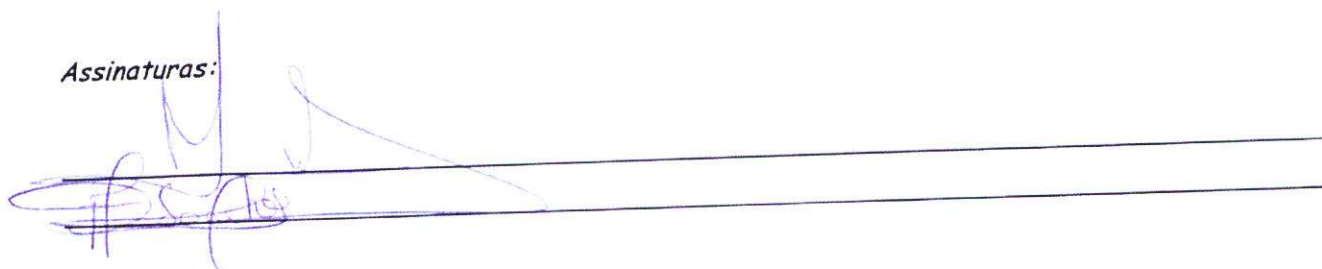
---- Nestes termos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe, no âmbito das suas competências expressas na alínea i), do número um (1), do artigo trigésimo terceiro (33.^o), do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze (75/2013), de doze (12) de setembro, que o Executivo Municipal aprove as contas consolidadas do Município de Anadia, do ano dois mil e quinze (2015), e as submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

---- Apreciada a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Prof. Litério Augusto Marques, e da Senhora Vereadora, Dr.^a Lígia Filipe Seabra, aprovar as contas consolidadas do Município de Anadia, do ano dois mil e quinze (2015), e submetê-las à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do número dois (2), do artigo vigésimo quinto (25.^o), do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze (75/2013), de doze (12) de setembro.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- E eu, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, a subscrevi, redigi e assino.-----

Assinaturas:





MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1
Ambr

AUTENTICAÇÃO

Minuta da Deliberação O presente documento, numerado de um a vinte e dois, é fotocópia autêntica do original arquivado no processo de actas.

Ponto da Ordem do Dia n.º 2

O Coordenador Técnico,
Responsável pelo Apoio Administrativo
à Assembleia Municipal de Anadia,

Sessão Ordinária

Reunião de 27 de Junho de 2016

(Cândido Filipe Rodrigues Alves)


Presenças na Votação

- P- 1. Adriano Martins Aires
- P- 2. João José Nogueira de Almeida
- P- 3. Luís António Sousa Pinto dos Santos
- P- 4. Carlos Alberto de Almeida Gonçalves
- P- 5. António Manuel Alves
- P- 6. Jennifer Nunes Pereira
- P- 7. Graciete da Piedade S. Vaz de Castro
- P- 8. Aníbal José Franco Ferreira
- P- 9. José Manuel Oliveira Carvalho
- P- 10. Dino Augusto Ferreira Rasga
- A- 11. André Miguel Matos Beja Henriques
- P- 12. Maria Lúcia Braga Araújo
- P- 13. Artur Domingos Pires Salvador
- P- 14. Arménio Almeida Cerca
- P- 15. Sara Filipa Seabra dos Reis
- P- 16. Mónica Filipa Morais da Silva

- P- 17. António Rafael das Neves Timóteo
- P- 18. Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo
- P- 19. Sidónio Carvalho da C. Ferreira Simões
- P- 20. Maria Alexandra Ferreira Henriques
- P- 21. Ricardo César Galante Oliveira Manão
- P- 22. César Henrique S. Rangel e Andrade
- P- 23. Manuel Baptista Veiga
- P- 24. José Arlindo Fernandes Simões
- P- 25. António Floro dos Santos Ferreira
- P- 26. Mário Severo de Matos Marinho
- P- 27. António Ferreira de Carvalho
- P- 28. Carlos Dinis da Silva Torres
- P- 29. Ema Paula da Silva Dias Pato
- P- 30. Fernando Adelino Pina Fernandes
- P- 31. Óscar dos Santos Ventura

P Presente na votação

A Ausente na votação



Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas consolidadas, referentes ao exercício de 2015, bem como apreciação da Certificação Legal das Contas consolidadas de 2015, de acordo com o disposto nos artigos 75.º, 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro. -----

-----No uso da competência estabelecida nos art.º 75.º, 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas, referentes ao exercício de 2015 e procedeu à apreciação da Certificação Legal das Contas consolidadas de 2015, encontrando-se cópia em anexo à presente minuta, da qual faz parte integrante. -----

-----Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, João José Nogueira de Almeida, José Manuel Oliveira Carvalho, Sara Filipa Seabra dos Reis, Ricardo César Galante Oliveira Manão, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Batista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes e do Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, zero votos contra e quatro abstenções de Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

-----Mais deliberou a Assembleia Municipal e por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o n.º 4 do art.º 52.º do Regimento – n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Aquando da votação não se encontravam presentes os Deputados Municipais Aníbal José Franco Ferreira, André Miguel Matos Beja Henriques e Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo. -----

-----E eu, Cândido Filipe Rodrigues Alves, Coordenador Técnico responsável pelo apoio administrativo à Assembleia Municipal, a redigi, subscrevi e assino. --



O Presidente da Assembleia Municipal,



O Coordenador Técnico,

